

**LEI Nº 3.269, DE 11 DE JULHO DE 2013**

**Revogada pela Lei nº 3.638/2021**

**~~DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO,  
COMPETÊNCIA E ORGANIZAÇÃO DO  
CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA  
PÚBLICA DE ALEGRE-ES, E DÁ OUTRAS  
PROVIDÊNCIAS.~~**

~~Faço saber que a Câmara Municipal de Alegre, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, APROVOU e o Prefeito Municipal sanciona a seguinte Lei:~~

**~~Art. 1º~~** ~~Fica criado o Conselho Municipal de Segurança Pública de Alegre — ES, com os seguintes objetivos:~~

~~**I** — Estabelecer, entre os diversos níveis de governo e órgãos de segurança atuantes no Município, a cooperação nas atividades, buscando a otimização e complementariedade de suas ações e respeitando a autonomia de cada órgão no desempenho de suas atribuições específicas;~~

~~**II** — Criar e manter um banco de dados com informações sobre violência e criminalidade no Município e divulgá-lo entre seus membros;~~

~~**III** — Explicitar políticas públicas de cooperação no combate à violência, à criminalidade e à insegurança dos cidadãos;~~

~~**IV** — Propor diretrizes para a política municipal de combate à violência e à criminalidade que orientem ações, tanto dos poderes constituídos como da sociedade civil organizada, que constituam um programa continuado de ampliação da segurança urbana e rural;~~

~~**V** — Promover a constante revisão e as adequações necessárias nas políticas públicas para a segurança no Município e acompanhar a sua execução;~~

~~**VI** — Discutir e propor aos poderes constituídos, convênios e outros mecanismos de cooperação no combate à violência e à criminalidade;~~

~~**VII** — Manter intercâmbio com outros conselhos similares, visando o encaminhamento de reivindicações de interesse comum e a troca de experiências;~~

~~**VIII** — Estimular e apoiar órgãos envolvidos em iniciativas no combate à violência e no desenvolvimento de medidas preventivas, cívico-educativas e de caráter social, fundamentadas nos princípios dos Direitos Humanos e do resgate e fortalecimento da cidadania;~~

~~**IX** — Propor aos órgãos públicos e particulares a adoção de medidas de caráter, que contribuam para eliminar situações de risco social e que visem prevenir ou sanar as causas ou situações, crônicas ou agudas, que favorecem o cometimento de transgressões da lei penal;~~

~~**X** — Prestar assessoria técnica e consultiva ao Município, nas áreas socioeducacional, jurídico-administrativa e econômico-financeira, auxiliando-a em suas relações com as entidades representativas da sociedade civil;~~

**~~Art. 2º~~** ~~O Conselho Municipal de Segurança Pública terá o Presidente eleito entre os seus membros e será composto por:~~

~~**I** — Um Secretário do Governo Municipal;~~

~~**II** — Um representante do 3º BPM de Alegre — ES~~

~~III~~ Representante da Câmara Municipal de Alegre-ES;  
~~IV~~ Um representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) Subsecção de Alegre-ES;  
~~V~~ Um representante da Polícia Civil;  
~~VI~~ Um representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;  
~~VII~~ Um representante da Associação Comercial e Industrial de Alegre (ACISA);  
~~VIII~~ Um Representante da Loja Maçônica de Alegre;  
~~IX~~ Um representante das Instituições Bancárias do município de Alegre;  
~~X~~ Um representante dos Postos de Gasolina do município de Alegre;  
~~XI~~ Um representante do Rotary Clube de Alegre;  
~~XII~~ Um representante das Instituições de Ensino Superior de Alegre-ES;

~~**Parágrafo único**— Os membros do Conselho Municipal de Segurança Pública de Alegre-ES serão nomeados por ato do Prefeito Municipal de Alegre-ES.~~

~~**Art. 3º**— O mandato dos membros do Conselho será de 2 (dois) anos sendo permitida uma única recondução por igual período, mediante indicação dos órgãos e entidades representados.~~

~~**Art. 4º**— A função de conselheiro não será remunerada, sendo considerada como de relevante interesse público.~~

~~**Art. 5º**— O conselheiro candidato a qualquer cargo eletivo deverá afastar-se do exercício no Conselho pelo prazo de 3 (meses) que antecedem o pleito eleitoral, devendo ser substituído por representante do órgão ou entidade representados.~~

~~**Art. 6º**— É vedada a escolha de representante de uma entidade ou movimento, já com assento no Conselho, para representar, em um mesmo mandato, outro movimento ou entidade.~~

~~**Art. 7º**— As propostas de modificação desta Lei devem ser comunicadas ao Conselho Municipal de Segurança Pública de Alegre/ES, que sobre elas se manifestará antes da apreciação e votação pelo Legislativo Municipal.~~

~~**Art. 8º**— Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.~~

Alegre (ES), 11 de julho de 2013.

**PAULO LEMOS BARBOSA**  
**Prefeito Municipal**